

CORPO, ESPACIALIDADE E MATERNAGEM: Trilhas para uma geografia corporificada

BODY, SPATIALITY AND MOTHERING: Trails for a geography embodied

CUERPO, ESPACIALIDAD Y MATERNIDAD: Caminos para una geografía corporificada

RESUMO

O artigo tem como objetivo identificar a contribuição das geografias feministas para a reflexão teórica da relação corpo-espaco, por meio de uma revisão narrativa da literatura sobre o corpo materno e as espacialidades da maternidade/maternagem. Trata-se de registrar avanços e desafios no campo geográfico para refletir aspectos da cultura brasileira sexista e racista que concentra nas mulheres, em especial nas negras, o papel de cuidadoras. O cuidado é, assim, marcado por relações de poder e por desiguais relações de gênero e raça. Se a maternidade multiplica as exigências relativas aos cuidados reprodutivos, diferentes modos de maternar podem evidenciar relações desiguais ou apontar formas de cuidado compartilhado. A interseccionalidade dos diferentes eixos de opressão (de gênero, racial, de classe, tipo de parentalidade, sexualidade) aparece como instrumentalidade teórico-metodológica e epistemológica resultante da evidente contribuição de feministas negras na compreensão das disputas políticas e culturais relativas a distintos modos de maternar e cuidar.

Palavras-chave: Geografia Feminista; Interseccionalidade; Corpo; Espacialidade; Maternidade

ABSTRACT

The article aims to identify the contribution of feminist geographies to the theoretical reflection of the body-space relationship, through a narrative review of the literature about the maternal body and the spatialities of mothering/motherhood. It is about registering advances and challenges in the geographic field to reflect aspects of the sexist and racist Brazilian culture that overburden women, especially black women, the role of caregivers. The care is, in this way, marked by power relations and by unequal gender and race relations. If motherhood multiplies the requirements regarding reproductive care, different ways of mothering may show unequal relationships or point to forms of shared care. The intersectionality of the different axes of oppression (racial, class, gender, type of parenting, sexuality) appears as a theoretical-methodological and epistemological instrumentality result of the evident contribution of black feminists in the construction that underlies the understanding of the sense political and cultural of different ways of mothering/motherhood and careful.

Keywords: Feminist Geography; Intersectionality; Body; Spatiality; Motherhood

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo identificar el aporte de las geografías feministas a la reflexión teórica de la relación cuerpo-espacio, a través de una revisión narrativa de la literatura sobre el cuerpo materno y las espacialidades de la maternidad. Se trata de registrar avances y desafíos en el campo geográfico para reflejar aspectos de la cultura brasileña sexista y racista que sobrecargan a las mujeres, especialmente a las negras, el rol de cuidadoras. El cuidado está, de esta manera, marcado por las relaciones de poder y por relaciones desiguales de género y raza. Si la maternidad multiplica los requisitos en materia de atención reproductiva, diferentes formas de maternidad pueden mostrar relaciones desiguales o apuntar formas de cuidado compartido. La interseccionalidad de los diferentes ejes de opresión (racial, de clase, género, tipo de crianza, sexualidad) aparece como una instrumentalidad teórico-metodológica y epistemológica resultado del aporte evidente de las feministas negras en la construcción que subyace en la comprensión del sentido político y cultural de diferentes formas de maternidad / maternidad y cuidado.

Palabras clave: Geografía feminista; Interseccionalidad; Cuerpo; Espacialidad; maternidad

Considerações Iniciais

“Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você”.
(Anzaldúa, 2000, p.237)

Esta pesquisa, ainda em andamento, surge de uma inquietação pessoal, como geógrafa feminista que vivencia a maternidade há poucos anos e sente cotidianamente os atravessamentos espaciais desta experiência invisibilizada. A proposta de realizar uma análise das espacialidades maternas por meio de uma interseccionalidade instrumentalizada pelo feminismo negro, considera que as mudanças comportamentais da experiência do maternar têm relações com diferentes opressões de gênero, raça, classe e sexualidade. As espacialidades da maternagem revelam questões - aparentemente de âmbito pessoal ou privado relativas ao corpo em sua relação com o espaço - que refletem a cultura sexista e racista que concentra nas mulheres¹ o papel de cuidadoras. Em casa ou na rua, nós mulheres sentimos a sobreposição de violências sobre nossos corpos e desiguais relações raciais e de gênero. A maternidade adiciona formas de controle sobre o corpo feminino, impactando as espacialidades das mulheres-mães. A pesquisa aponta a contribuição da geografia feminista para a análise destas espacialidades, destacando a crítica de feministas negras quanto às assimetrias intragênero e seu impacto no cuidado cotidiano, elementos que colocam ‘a mãe preta na ponta do abismo’². E a matriz interseccional do pensamento de mulheres negras apoia a criticidade política em que a poesia se faz presente na elaboração do pensamento geográfico corporificado, atento e crítico aos apagamentos e desautorizações discursivas e metodológicas.

Para superar a impermeabilidade e silêncios da perspectiva de gênero na geografia brasileira (Silva, 2009) e as desigualdades na geometria do poder (Massey, 2008) “as geografias feministas devem estar atentas para encontrar as lacunas e as razões das ausências, reinventando formas de conceber a realidade espacial por meio do tensionamento dos conceitos e métodos já concebidos” (Silva; Ornat; Chimim Junior, 2017, p. 15). Para Silva, Ornat e Chimim Junior (2013, p. 85), a historiografia da geografia brasileira, tanto em seu processo de produção como de circulação, tem omitido a discussão de importantes vertentes do pensamento geográfico, dentre as quais, as geografias feministas e *queer*³. Para Silva, Ornat e Chimim Junior, 2013, p. 85), “Tal omissão não se deve à ignorância, mas, sobretudo, ao desprezo que estas formas de imaginação geográfica provocam no meio acadêmico brasileiro”. Os autores ressaltam que a abordagem do corpo na geografia é diversa e extrapola o tema da sexualidade e citam diferentes caminhos analíticos já explorados, dentre os quais os que percorrem especificamente a relação espaço e corpos gestantes, como o trabalho de Robyn Longhurst (1996 apud Silva, Ornat e Chimim Junior 2013, p. 92), destacando sua relevância para debater o tema da geografia dos corpos maternos.

Pesquisas que trazem o tema da maternidade/maternagem para o debate geográfico brasileiro de modo interseccional são fundamentais, por afirmarem que “o privado também é político” reforçando “subversividades identitárias, escalares, espaciais e temporais que são tão reais quanto a própria materialização do gênero” (Przybysz, 2017, p. 137). Além disso, a própria “construção intelectual que separa e invisibiliza a relação pública/privada da dinâmica espacial é uma concepção androcêntrica que precisa ser desafiada, para dar visibilidade àqueles grupos que são negados pelo campo científico, como é o caso das mulheres (Mcdowell, 1999)” (Przybysz e Silva, 2017, p.112).

Diante do desafio de colocar as espacialidades maternas no centro da reflexão por meio da abordagem corporificada e interseccional, o próprio léxico associado à ação materna aponta limites a serem superados, dado que enquanto ‘maternidade’ é um termo usado para tratar dos aspectos biológicos relacionados à gestação, ao parto e/ou amamentação, o termo ‘maternagem’ refere-se ao estabelecimento de vínculos afetivos de cuidado e acolhimento à criança. Para Badinter (1985; 2011), não existe instinto materno, mas uma relação construída e nomeada de maternagem. Nessa interpretação centrada na mulher branca,

maternidade/maternagem servem como sistema de exclusão feminina secular, que inferioriza as mulheres nas relações de poder generificadas e racializadas ao naturalizar o papel do cuidado (da casa, da família), repercutindo na própria espacialidade feminina, ao sugerir limitar a vida da mulher ao espaço doméstico e, assim, impactar toda a organização social. A sacralização do amor materno, amplificada pela moralidade religiosa, naturaliza a desigual divisão do trabalho de cuidado e evidencia um mecanismo de sobrecarga e culpabilização das mães que impacta a ação materna e o pensamento sobre o maternar.

A obra *Maternities: Gender, Bodies and Space* (Maternidades: Gênero, Corpos e Espaço) de Robyn Longhurst (2008) evidencia que há poucos trabalhos “sobre o que é um dos, se não o mais importante de todos os corpos – corpos que concebem, dão à luz e nutrem outros corpos” (Longhurst, 2008, p. 2) os corpos maternos, ainda que, segundo a autora, existam “exceções como Madge, Noxolo e Raghuram 2004; Madge e O’Connor 2005; Mahon-Daly e Andrews 2002” (idem). Para Longhurst (2008) é preciso compreender as maternagens através de diferentes lentes culturais, pois os corpos maternos são social, sexual, etnicamente diversos e, por isso, abordagens que enfatizam corpos e espaços anteriormente ignorados podem acrescentar muito à literatura de maternidades oferecendo uma perspectiva espacial.

Descobrir a contribuição de Robyn Longhurst e de autoras/es das geografias feministas e *queer* que produzem há décadas reflexões da relação espaço, gênero e corpo – incluindo temas relativos à maternidade – reforça o objetivo de seguir repensando a geografia enquanto um campo, cujas relações de poder – veladas pelos discursos de objetividade e cientificidade – reproduzem formas de ‘autorização’ de quem pode falar e sobre o que se pode tratar, para ser aceito como ‘conhecimento geográfico relevante’. Aceitar a instabilidade das categorias analíticas, encontrar nelas a desejada reflexão teórica sobre determinados aspectos da realidade política em que vivemos e pensamos (Harding, 1993), usar as próprias instabilidades como recurso de pensamento e ação, são princípios metodológicos acionados na pesquisa.

Adotar uma postura “reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm” (Haraway, 1995, p. 15) e ser coerente com a crítica feminista à ciência androcêntrica é princípio teórico-metodológico que envolve o ato político de se pensar como sujeita da realidade que analisa e se *situar* no campo do conhecimento de atuação. No meu caso, para além de me situar como mulher cisgênero (Serano, 2006; Schilt e Westbrook, 2009)⁴ e de refletir sobre como a experiência da maternagem revela modos como a cultura sexista pode afetar duramente a vida (e a espacialidade) da mulher, é necessário refletir também sobre como a *branquitude* (Bento, 2002) interfere na própria reflexividade. Este movimento se faz por meio da ampliação da leitura, escuta e diálogo com autoras negras que têm dado enormes contribuições ao letramento racial crítico⁵ e antirracista, que corporifico em minha experiência pessoal (enquanto mãe e pesquisadora) e que impacta a análise da espacialidade materna. Se enegrecimento do feminismo tem sido realizado pelo feminismo negro há décadas (Carneiro, 2003), na geografia brasileira, debates interseccionais vêm sendo articulados, principalmente, pelas Geografias Feministas (Silva e Silva, 2014) e Geografias Negras⁶ que valorizam existências espaciais interceptadas por múltiplos eixos de opressão.

Analisar as disputas de sentidos que envolvem a experiência da maternagem pode revelar como o fazer acadêmico é marcadamente androcêntrico e embranquecido, dado que temas como maternidade/maternagem e o cuidado talvez não pareçam relevantes academicamente para alguns sujeitos, ainda que marquem profundamente a vida de todas as pessoas (no mínimo porque todo ser humano nasceu e teve que ser cuidado por alguém). Se as marcas androcêntricas na produção científica têm sido refletidas por teóricas feministas em diferentes campos do conhecimento, a geografia igualmente está sendo repensada em suas categorias e discurso epistêmico e a corporificação tem tudo a ver com esse processo.

A perspectiva descolonizante das mulheres negras e latino-americanas traz para o debate a potência reflexiva de um ‘corpo-político’ que deixa de ser *objeto* para torna-se *sujeito* do conhecimento científico. Geógrafas feministas latino-americanas inspiradas no movimento

de mulheres indígenas e no feminismo decolonial propõem descolonizar o gênero e tratar o corpo como político. Autoras como Maria Lugones (2014) nos alertam para a colonialidade de gênero enquanto opressão racializada e capitalista. Spinosa-Miñoso, Gómez, Lugones e Ochoa (2013) destacam que esta opressão está ligada ao controle sobre as vidas das mulheres e tem uma história de racialização cruzada pela negação da humanidade das mulheres não-brancas, indígenas e negras. O debate sobre a memória colonial feito por mulheres negras é mais incisivo em nos chamar a superar o racismo endêmico do feminismo branco e a falsa ideia de sororidade universal (Kilomba, 2019). Refletir sobre nossa posicionalidade enquanto sujeitas do conhecimento exige repensar criticamente nossos modos de fazer geografia, e indica a necessidade de uma mudança drástica das referências bibliográficas, para reposicionar o pensamento decolonial feminista e o feminismo negro na estrutura acadêmico-científica, de modo ampliar a visibilidade desses movimentos.

A pesquisa de referências sobre o corpo e a espacialidade da maternagem atentou para a valiosa contribuição dada por intelectuais como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Angela Davis, bell hooks, Patrícia Hill Collins, entre outras e que, não apenas evidencia como é potente o diálogo com o pensamento e ação de mulheres negras, como tem gerado reflexões sobre o quanto a branquitude acrítica oblitera essa potência. O uso de uma linguagem acessível e ao mesmo tempo de alta qualidade reflexiva é algo que atrai nas autoras citadas acima e seus textos têm em comum a capacidade de serem profundamente impactantes e diretos naquilo que comunicam: visibilizar a mulher negra e todas as suas contribuições sociais, culturais e intelectuais. Apresentar um recorte narrativo de uma revisão bibliográfica que inclui essas autoras reforça uma postura metodológica defendida por várias delas, que propõem uma escrita em primeira pessoa e relatos pessoais (por vezes autoetnográficos) tecidos com teorias, conceitos e categorias de análise, que compõem a base desta *geografia* existencial e corporificada.

Como geógrafa feminista, afirmo uma ciência insubmissa, por isso a escolha metodológica passa pela valorização da subjetividade. Trazer uma revisão narrativa da literatura sobre o tema da pesquisa é um dos elementos que compõem esta escrita feminista de uma cientista que foi fortemente impactada pela transformação causada pela maternidade, mas também pelo letramento racial crítico que o tema do cuidado inspira. Isso significa que esta pesquisa não está centrada na métrica quantitativa historicamente associada à objetividade branca e androcêntrica. A pesquisa feminista se faz também na superação da lógica formal das linearidades impositivas, que o feminismo (especialmente o negro) soube enfrentar. Essa escrita feminista considera fundamental a escuta e o diálogo com a poesia insubmissa⁷ para valorizar um fazer geográfico *desde dentro* (Guimarães, 2015). Nesse sentido, a *escuta sensível* é uma escolha de método de valorizar a contribuição da “corporalidade” (que é ‘corpo’ e ‘oralidade’) do saber ancestral na elaboração das geo-grafias, literaturas e artes próprias de mulheres negras e suas geoesias (Guimarães, 2010) fundamental na composição desta *geografia* corporificada.

A contribuição de intelectuais negras que compõem esta revisão narrativa destaca a relevância de racializar o cuidado para pensar práticas comumente associadas à maternagem. O entrecruzamento de camadas – gênero, raça, classe, tipo de parentalidade, sexualidade – permite compreender maternidade/maternagem de modo complexo. Desse modo, interseccionalidade não é apenas conceito, mas ferramenta metodológica, e como afirma Carla Akotirene (2019), é uma oferenda analítica preparada pelas feministas negras e disputada na encruzilhada acadêmica⁸. Ressaltar esta contribuição epistemológica é reconhecer o racismo epistêmico e confrontá-lo com o valor da mulher negra enquanto sujeita do conhecimento. As formas de opressão se entrecruzam e causam novos tipos de desafios e a interseccionalidade aparece como “instrumentalidade teórico-metodológica [necessária] à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e o cisheteropatriarcado” (Akotirene, 2019, p.19)⁹.

O texto busca, portanto, registrar avanços e desafios no campo geográfico para refletir de modo interseccional sobre as condições sociais, políticas e culturais da maternidade/

maternagem enquanto experiências performativas¹⁰, múltiplas e espacialmente vividas. Esta instrumentalidade na pesquisa evidencia a relevância da leitura negro-feminista para o alcance da maternagem enquanto ação política frente às formas patriarcais e racistas que incidem na parentalidade e nos espaços-tempos do cuidado, socialmente atribuídos às mães e às mulheres negras via trabalho doméstico. Para tanto, faz-se necessário subverter o saber branco e androcêntrico que predomina na ciência para refletir sobre as corpo-espacialidades maternas, considerando a arte poética, a escrita feminista do corpo e as contribuições das intelectuais negras que rasuram a ciência asséptica ainda dominante e alertam que o próprio feminismo esteve prisioneiro de uma visão eurocêntrica e universalizante (Carneiro, 2003).

Assim, o texto se divide em duas partes: a primeira concentra-se na pesquisa sobre maternidade/maternagem, e formas de pensar suas espacialidades abertas e relacionais, com apoio nas geografias feministas; e, na segunda parte, trata da contribuição da interseccionalidade do pensamento das intelectuais negras¹¹ para compreender a maternagem, considerando as hierarquias e desigualdades de gênero e raça que marcam as relações parentais, de cuidado, em uma cultura racista e sexista.

Corpo e espacialidades da maternagem na ótica feminista: uma geografia sensível e corporificada

A proposta de refletir sobre a maternidade e questionar a relevância do tema para a geografia é uma opção analítica que revela a lente feminista da pesquisa. Para Sandra Harding, no exame da crítica feminista à ciência devemos “refletir sobre tudo o que a ciência não faz, as razões das exclusões, como elas conformam a ciência precisamente através das ausências, quer sejam elas reconhecidas ou não” (Harding, 1993, p. 12-13). Nessa jornada de pensar a ausência do corpo na análise geográfica, é preciso questionar que tipo de leitura é dominante no campo e porque algumas formas de pensar espacialmente a ação de determinados sujeitos podem ser (des)qualificadas enquanto temas “não-geográficos” ou desimportantes. Harding nos fala de uma “ciência malconduzida – isto é, uma ciência distorcida pela visão masculina preconcebida na elaboração da problemática, nas teorias, nos conceitos, nos métodos de investigação, nas observações e interpretações dos resultados” (Harding, 1993, p.13).

Diante do desafio de uma revisão narrativa sobre o tema da espacialidade materna na geografia, questões interessantes em relação à corporificação da análise espacial se destacam ao se optar por uma abordagem feminista. Se a relação corpo-espço é um tema de recente relevância na geografia brasileira, para geógrafas anglófonas o tema tem relevância desde os anos 1990. Muito embora as geografias feministas tenham se inspirado nas epistemologias feministas de Donna Haraway (1995), Sandra Harding (1993), Judith Butler (1990; 1993) e outras pensadoras que ressaltam a importância do saber localizado, parcial – inclusive para um debate sobre a objetividade da ciência – e, ainda que a geografia feminista de Doreen Massey (2008), Gillian Rose (1993), Linda McDowell (1993), entre outras geógrafas anglófonas, tenha permitido um aprofundado diálogo da geografia brasileira com o feminismo, através principalmente do esforço de pesquisadoras brasileiras como Joseli Maria Silva (Silva, 2007; 2009), ainda há muito a avançar para que leituras feministas do corpo sejam valorizadas no campo científico geográfico.

Contraopondo estes silenciamentos do corpo na geografia brasileira, as geografias feministas vêm afirmando que a corporificação é relevante para as práticas espaciais e para a execução de pesquisas (Silva, Ornat e Chimim Junior, 2017). Para estes autores, a geografia brasileira negligenciou o corpo mesmo frente à obra de Henri Lefebvre que “permite constituir outros caminhos imaginativos de espaço, notadamente pela ideia de que o espaço é profundamente político e ideológico e pela importância do corpo humano para uma compreensão das conexões entre poder e espaço” (Silva, Ornat e Chimim Junior, 2019, p.

64). Ao trazer o legado de Henri Lefebvre para o debate sobre a relação corpo e espaço, ressalta-se o paradoxo da impermeabilidade do tema do corpo na geografia brasileira, já que este campo foi fortemente influenciado pelas ideias de Lefebvre e em especial a obra *The Production of Space* (1991 apud Silva, Ornat e Chimim Junior, 2019). Conforme apontam, embora a maior parte das referências ao pensamento do autor estejam associadas ao marxismo e à noção de produção do espaço pelo caráter das relações sociais e econômicas capitalistas, a obra do autor trata do corpo humano como capacidade de produzir espaço e como um meio pelo qual as pessoas podem retomar o poder sobre sua vida cotidiana.

Para Silva et al (2019), a obra de Lefebvre é potente para produzir uma base analítica para o processo de corporificação do conhecimento geográfico, ainda que a filosofia lefebvrea utilizada na geografia brasileira tenha sofrido filtragem interpretativa que privilegiou o espaço da produção econômica. Aspectos que estruturam o que Lefebvre (1991 apud Silva et al, 2019) chamou de ‘espaço diferencial’, potencializado pelo corpo, já inspiravam as geografias feministas com a “integração de assuntos considerados ‘pessoais’ para a discussão da esfera pública e do acesso à cidade, como a violência doméstica, o feminicídio, a violência sexual, estupro, aborto, divórcio, maternidade e assim por diante” (Silva, et al, 2019, p.74). Desse modo, “as resistências podem ser concebidas a partir do corpo humano, dotado de capacidade corpórea de produzir espaço de existências não hegemônicas” (idem, p.65) e tal entendimento, além de basilar na geografia feminista, é fundamental para a compreensão dos modos feministas de analisar a espacialidade materna. “Os sistemas de gestos, para Lefebvre, não são realizados ‘no espaço’, mas os próprios corpos geram espaço, pois as ações e as vivências estão incorporadas de ideologias” (ibidem, p.68). De acordo com esta compreensão, “Os corpos são produtores de espaço quando reinventam e se apropriam da vida, rompendo com a lógica do ‘espaço abstrato’ constituindo o que ele chama de ‘espaço diferencial’” (Silva, et al, 2019, p.70). A diversidade dos corpos maternos indica espacialidades, conflitos e práticas espaciais que remetem ao ‘espaço diferencial’ ao reinventarem a maternagem, informando a relevância da pesquisa e a afirmação prática e política de certas maternagens.

O corpo que pode gestar, parir e nutrir outro corpo é uma espacialidade relevante e a pesquisa aponta diferentes situações em que mães questionam modos como o corpo feminino é disciplinado ao papel de cuidadoras. A domesticação das mulheres foi utilizada para que o corpo e a sexualidade feminina fossem direcionados aos trabalhos relativos à procriação e à reprodução dos cuidados e isso indica um controle sobre a própria mobilidade da mulher mãe, dado que socialmente se espera que a espacialidade das mulheres mães corresponda à espacialidade de suas crianças. Mesmo com relação a essa exigência, uma abordagem interseccional evidencia que a proximidade entre a mãe e suas crianças depende de que lugar esta mulher ocupa na hierarquia social e intragênero, dado que mulheres negras historicamente tiveram que se distanciar de seus filhos(as) para cuidar dos(as) filhos(as) de brancos(as).

Nos conduzindo a uma reflexão complexa sobre a espacialidade do corpo materno¹², Robyn Longhurst (2008, p.7) sugere que corpos grávidos são capazes de perturbar o pensamento binário ao passarem por um processo corporal que transgride a fronteira entre interior e exterior, eu e outro, sujeito e objeto, feminino e masculino¹³. Ações que politizam a maternidade evidenciam o sentido paradoxal da espacialidade da maternagem ao colocarem o corpo materno como sujeito da ação política. Pensar sobre a espacialidade da maternagem inclui refletir sobre a legitimidade da interdição de espaços a crianças (e a quem as cuida), como faz o movimento “ChildFree” (“livres de crianças”) formado por pessoas que optaram por não ter filhos, que não desejam ser importunadas por crianças, e que tem agido para incentivar que estabelecimentos comerciais recusem crianças ou criem áreas de acesso negado a elas¹⁴.

Se a maternidade é um tema complexo, a ótica feminista da maternagem evidencia experiências corporais e espaciais tidas como ‘novas’ para superar obstáculos que limitam a inserção das mulheres mães, nos espaços públicos. Mesmo nos espaços domésticos, o con-

trole social sobre a mãe é algo que condiciona a ação com sentimentos maternos de culpa e fracasso. Ainda assim, há tensionamentos do ‘mito do amor materno’, que reproduz cotidianamente a ideia de ‘clausura’ da mulher em seu papel de mãe (Badinter, 1985, p. 237) versus a ação política que se opõe à idealização e sacralização da maternidade (Pereira; Tsallis, 2020)¹⁵. Para Silva (2007), é na construção social do sujeito que Rose (1993) fundamenta sua tese do *espaço paradoxal* e abre possibilidades de transformação e resistência dos sujeitos na estrutura de dominação masculina. O sentido paradoxal da espacialidade materna está na ação de mães que politizam o maternar contra obliterações impostas, abrindo brechas para fazer insurgir ações (algumas automeadas de ‘maternagem feminista’, ‘feminismo materno’) que têm em comum a ideia de “forjar novas políticas acerca de nós mesmas, na direção do cuidado de si” (Pereira; Tsallis, 2020, p. 10).

A espacialidade materna explicita um conjunto de ações que politizam a maternidade: a decisão de ser ou não mãe (uma ou mais vezes), o direito às políticas de contracepção, políticas públicas relativas à gestação, ao parto ou de apoio ao aleitamento materno, políticas que envolvem os cuidados da primeira infância e a sobrecarga do cuidado realizado por mulheres e em especial as negras e pobres quando falamos do cotidiano de crianças em creches, escolas de educação infantil e da divisão dos cuidados parentais ou profissionais (babás e empregadas domésticas). Isso implica em um entendimento de que a experiência pessoal pode ser tomada como política, com vistas a intervir numa realidade que oprime mulheres cotidianamente. A análise geográfica se corporifica ao “se arriscar numa escrita que possibilite criar condições para desentranhar, despessoalizar, desprivatizar a experiência e recolocá-la no plano do impessoal, do coletivo. Forçar uma coletivização da experiência – hoje tão intimista e solitária – de tornar-se mãe” (Pereira; Tsallis, 2020, p. 10) e a partir daí repensar a própria condição de analista.

Do pensamento à ação prática, as formas de reapropriação do corpo dominado como possibilidade de emancipação, tal sugere Lefebvre (1991 [1974] apud Silva, Ornat e Chimim Junior, 2019) nos inspiram a interpretar cientificamente com apoio das geografias feministas, a ação materna e o cotidiano da maternagem. A própria opção pelo termo *maternagem* considera a compreensão de uma prática ativa que se faz por meio de um conjunto de ideias e comportamentos mutáveis, contextuais e que para Emily Jeremiah (2006) podem ser potencialmente subversivos se pensados a partir da noção de *performatividade materna*. Nessa perspectiva, a maternagem feminista inclui ações de mães que deixaram de silenciar suas dores e passaram a elaborar o que sentem e a visibilizar aquilo que pode apoiar, fortalecer e ‘empoderar’ outras mães; mulheres, sendo ou não mães, que se opõem à ‘maternidade compulsória’ e outras imposições sociais relativas ao cuidado, meninas, mulheres e idosas que são a ‘rede de apoio’ de mães sobrecarregadas e se reconhecem sujeitas das (e às) decisões políticas que as afetam, por vezes encontrando no feminismo um lastro ao seu próprio cotidiano de cuidados de si, parentais ou domésticos.

Modos feministas de se relacionar com a maternidade/maternagem existem, ainda que o feminismo precise ser refletido cientificamente para lidar com questões de gênero, superando a gramática de normatividades¹⁶. É urgente defender o corpo das mulheres, pois é neles que incidem os custos mais altos da reprodução, mesmo para aquelas mulheres que não querem ser mães; pois, todas as dificuldades relacionadas à contracepção e/ou à interrupção segura de uma gestação indesejada, nos levam a pensar o corpo da mulher e sua relação com a maternidade. Para além de ser visto como corpo responsável pela ‘fabricação de novas pessoas’, se é que se pode falar assim desse processo, mulheres feministas conhecem bem as razões da polêmica em torno do aborto, envolvendo um debate moral desencaixado, marcado por violências médicas e pela criminalização de quem busca decidir sobre si mesma.

Este debate em si já evidencia o corpo como ‘arena’ e campo de forças; território onde confrontam-se concepções políticas conservadoras e dogmas religiosos que secularmente fazem da mulher um “corpo público”. Mas, “o corpo é nosso” “é nossa escolha” “Legaliza” “Pela vida das mulheres” são versos entoados por feministas em atos nas ruas para reivin-

dicar o direito ao próprio corpo. Isso evidencia que o corpo está em disputa e não é qualquer corpo, são corpos sujeitados a decisões alheias, objetificados, violentados e criminalizados, corpos cuja dominação evidencia o controle 'social' do útero.

Apresentar o útero como espacialidade em disputa significa considerar a multiplicidade da diferença e as múltiplas performatividades¹⁷. Longhurst (2005) lembra que o conceito de performatividade tem sido muito influente entre as geógrafas feministas porque se afasta dos entendimentos essencialistas e estáticos da identidade, ao teorizar a identidade como constantemente representada por meio do corpo. Nesse sentido, pensar a maternidade na ótica feminista envolve questões relativas à própria resistência à 'maternidade compulsória'. Visibilizar a ação materna que se dá em oposição aos modos patriarcais inscritos no nascimento e na criação de bebês e crianças, trazer para a análise debates sobre aborto, gestação, parto e amamentação são formas de confrontar a geografia descorporificada. A espaço-temporalidade da maternagem extrapola estes momentos da experiência materna, mas estes são temas que atravessam a análise dos modos como o sistema patriarcal capitalista e racista abusa do corpo feminino.

Pensar o espaço enquanto esfera da possibilidade de existência da multiplicidade (Massey, 2008) diante de conflitos visíveis pelas lentes feministas interseccionais, significa ver também o corpo como espacialidade em disputa, pensá-lo como entidade geopolítica. Um grafite na rua diz "tire seus rosários dos meus ovários", um bloco de carnaval feminista faz tatuagens temporárias e adesivos com a frase "meu útero é laico", sinais, gestos e ações da luta cotidiana pelo direito a decidir sobre o próprio corpo, em oposição a valores morais que se inscrevem na relação corpo-espaço. O corpo (útero, ovário) como entidade geopolítica se apresenta entre múltiplas existências, incluindo a resistência encarnada daquelas que não desejam uma gestação e tentam não adoecer mesmo sendo socialmente responsabilizadas pela contracepção ou esterilização¹⁸ ou criminalizadas por interromper uma gravidez indesejada. Por outro lado, há ações que evidenciam a resistência daquelas para quem o ventre materno é campo de luta e (re)existência coletiva, como as que defendem o corpo-território na perspectiva das mulheres indígenas.

O *Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo* (2017) sistematizou quatro das principais linhas que trabalham com esta compreensão de geografar corpos-territórios: Feminismos Latino-Americanos Decoloniais; Feminismos Latino-Americanos Comunitários; Teologias feministas da Libertação; e Geógrafas Feministas. O conceito de corpo-território lido em uma perspectiva feminista latino-americana permite uma crítica científica à violência das hierarquizações do corpo individual-comunitário sexualizados e racializados na dominação capitalista, colonialista e sexista (Marchese, 2019)

Sofia Zaragocin parte da geopolítica feminista anglocêntrica para alcançar um feminismo descolonial, e avançar na elaboração da *geopolítica do útero* (Zaragocin, 2018). Lembrando que na tradição intelectual anglo-saxã, o corpo foi teorizado em torno da maternidade e, em maior medida, enquanto uma entidade geopolítica (Longhurst e Jonhston, 2014 apud Zaragocin, 2018, p.88), Zaragocin compreende a geopolítica feminista como uma sub-disciplina da geografia feminista para mostrar que as relações de força que operam através e acima dos corpos provocam a produção de um imaginário geopolítico feminista (Hyndman, 2001, apud Zaragocin, 2018) que incorpora corpos, subjetividades e corporalidades, teorizando sobre elas a partir da escala da vida cotidiana (idem, p.88). Zaragocin (2018), trata desta luta territorial por parte de mulheres racializadas, enquanto um tema que relaciona corpo e terra, em uma perspectiva decolonial, em que as mulheres 'criam território' para conter frentes de expansão territorial. Para Zaragocin (2018), colocar o útero como entidade geopolítica, é compreender que a geopolítica não está restrita à ação e à escala do Estado, pois é algo que se faz também desde a escala íntima e a partir de uma parte específica do corpo.

Entretanto, quando se fala em útero como entidade geopolítica estamos tratando de um lugar (de luta) complexo. Longhurst (2005) alerta que mesmo a biologia dos corpos de gestantes é produzida discursivamente porque os corpos são o que são, mas precisam

ser considerados em seus contextos. No texto “pensando geograficamente com úteros” (*Thinking geographically with wombs*), Loughoust (2018) argumenta como geógrafas podem usar o útero para desromantizar os cuidados relativos à reprodução social e resistir às construções discursivas acerca da mãe boa/mãe má. Como toda espacialidade é aberta e relacional, pensar a maternagem em uma perspectiva feminista e interseccional nos provoca a considerar o corpo materno como espacialidade política. Útero, contracepção, aborto, gestação, parto, aleitamento entre outros temas são fragmentos da espaço-temporalidade (anterior à longa jornada de descobertas e posicionamentos relativos à maternidade) que deveriam interessar ao conjunto da sociedade e não apenas às mães ou às mulheres. Coletivos de mães feministas performam maternagens que questionam o papel social da mãe e rompem com normas de comportamento desenhadas pela cultura cristã e patriarcal.

A preparação do corpo-gestante para o nascimento da criança é apenas uma das etapas em que a necessidade de se posicionar politicamente se impõe. Isso porque, em um país onde parir de modo humanizado não é o mais comum, parir de modo natural e respeitoso pode exigir um empenho próximo da militância política. Do direito a um ‘parto natural humanizado’ passamos a ver este modo de parir como ‘sorte’, como ‘resistência’, quando se consegue parir nas poucas casas de parto públicas do país ou de outro modo pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ou um ‘privilégio’ (quando se pode pagar mais de dez mil reais para ter suporte de uma equipe médica, além de custear a internação hospitalar). Entender como um ‘privilégio’ o ato de parir com dignidade e respeito é algo que pode ser analisado de modo crítico se relacionado com o avanço das práticas médicas racistas, classistas, androcêntricas e coloniais¹⁹.

Um parto humanizado pode se dar em um ‘parto domiciliar’ (para quem pode parir em sua própria casa, com equipe de retaguarda, frequentemente composta por médica/o ou enfermeira obstetra, parteira, doula e/ou outros profissionais) ou em um ‘parto hospitalar humanizado’, em que mesmo nos casos de parto cesárea, pode-se buscar criar uma ambiência acolhedora que favoreça o nascimento e que conforte parturiente e bebê: um banho/banheira em água morna, luz baixa e temperatura ambiente adequada ao recém-nascido, bola de fisioterapia, banquetas para parto de cócoras, dentre outros objetos que revelam uma espacialidade do ato fisiológico do nascimento. Os saberes ancestrais, que respeitam e se harmonizam com o tempo ‘da natureza’, próprio da fisiologia do parir, revestidos de “novidade” e vão constituindo ações que tentam se opor ao tempo rápido das agendas médicas, que mercantilizam aquilo que deveria ser um direito: a garantia à espaço-temporalidade do nascer natural e respeitosamente.

Popularizar o parto humanizado enquanto política pública é uma luta árdua contra um sistema médico-hospitalar que medicaliza a experiência do nascimento e transforma o ato fisiológico de parir em algo extraordinário e comercializável. A mercantilização do nascimento inclui práticas de consumo nas maternidades privadas, que para além dos serviços de hotelaria hospitalar, oferecem serviços de beleza (maquiagem, manicure), ensaios fotográficos e recepção de convidados. Clínicas particulares espetacularizam o parto (do natural à cesárea agendada), enquanto em hospitais públicos, a violência obstétrica é recorrentemente maior com mulheres negras. Se há excesso de medicalização para mulheres brancas, as mães negras recebem menos consultas no pré-natal, menos anestesia e são 60% das vítimas de mortalidade materna no país, conforme a campanha *SUS Sem Racismo* do Ministério da Saúde (2014)²⁰.

Para desvendar a dimensão social e espacial da violência obstétrica, a pesquisadora Isabelle Aguiar (2019) reuniu relatos de parto, depoimentos em documentários como “o renascimento do Parto” e a pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, feita pela Fundação Perseu Abramo e SESC em 2010 e listou as mais frequentes violências sofridas pelas mulheres antes, durante ou após o parto: Negação de atendimento, ser colocada em situação de abandono e sofrimento durante o atendimento obstétrico, episiotomia (corte desnecessário do períneo), ‘ponto do marido’²¹, furo manual da bolsa das águas, manobra Kristiller, negação da anestesia em parto normal (caso seja o desejo

da mulher recebê-la), uso sem consentimento de anestesia durante as contrações, ofensas e humilhações verbais; impedir que a mulher se mexa durante o trabalho de parto, impedir que a mulher coma ou beba água durante o trabalho de parto, agressões físicas e sexuais durante o parto, operação da cesárea eletiva sem o consentimento da mulher (forçadamente, ou por motivo mentiroso e desnecessário).

A pesquisa de Aguiar (2019) aponta as relações corpo-espaço para evidenciar violências perpetradas contra mulheres no parto e que são relativas ao excesso de intervenções médicas²² e para ressaltar o valor do Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar (2001) que busca tratar a saúde de forma mais acolhedora e consciente das realidades de pacientes. Com dados de extrema relevância, Aguiar (2019) questiona o valor dado à vida da mulher em um contexto marcado pela disseminação de ideologias religiosas que objetivam controlar o corpo feminino, pondo em risco a sua integridade física, emocional e moral, e ressalta que entre os séculos XVIII e XIX, “em todas as teses defendidas pela obstetrícia nas escolas de medicina, salvar a vida da mulher era o objetivo fundamental” (Brenes 1991, p. 8 apud Aguiar, 2019, p.46) enquanto hoje o país regride ao tentar criminalizar o aborto até mesmo em caso de estupro e risco de vida para mulher²³.

Chama a atenção o uso do instrumento da “objeção de consciência”²⁴ para o avanço da perversa negação de direitos, que segundo Diniz (2011), no Brasil desintegra a estrutura de legalidade oferecida pelo sistema político e judicial relativa ao serviço de aborto legal pelo SUS, para o atendimento de mulheres nas situações previstas em lei, tornando mais difícil o acesso ao aborto legal na maioria dos casos. Para Aguiar, “a violência obstétrica não ocorre apenas durante o atendimento gestacional, parto e pós-parto, são muitos os casos de violência ocorridos durante a assistência ao aborto, seja ele espontâneo ou provocado” (Aguiar, 2019, p. 47). A fertilidade/fecundidade feminina evidencia o controle institucional e social dos corpos subalternizados e o corpo feminino, pobre e negro como frequentemente violentado.

Este controle do Estado, no entanto, desconsidera a co-responsabilidade de governos nos cuidados relativos às crianças. Maternar remete à parceria, apoio com afeto, cuidado (com a mãe e a criança). Mas a realidade no Brasil (IBGE, 2018, p. 3) é que mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas que homens (18,1 horas contra 10,5 horas)²⁵ e esse cuidado é trabalho não remunerado e cobrado socialmente como ‘ato de amor’ (Federici, 2019).

A reprodução social e o trabalho doméstico²⁶ estão na base de qualquer produção. Quando o foco está nos cuidados com as crianças pequenas, a situação de sobrecarga das mulheres é ainda mais evidente. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015 estimou em cerca de 10,3 milhões o contingente de crianças de menos de 4 anos de idade no País, o que representava 5,1% da população residente; e à época da pesquisa 83,7% das crianças de menos de 4 anos tinham uma mulher como primeira pessoa responsável por elas (IBGE, 2016), enquanto apenas 16,3% tinham homens como principal responsável. Dessas crianças, 46% estavam sob os cuidados de uma mulher ‘não ocupada’ e 37% delas por mulheres ‘ocupadas’ e se considerarmos que no Brasil apenas 25,6% das 10,3 milhões de crianças de zero a quatro anos estão matriculadas em creches ou escola, a situação é ainda mais grave (idem). Nesta pesquisa, o IBGE (2016) perguntou aos responsáveis pelas crianças que estão fora das creches se havia interesse na matrícula: a resposta foi positiva para 61,8% dos entrevistados, o equivalente a 4,7 milhões de crianças, ainda que a pesquisa não tenha analisado os motivos que levaram a essa baixa frequência. Já a evasão escolar por conta da maternidade precoce afasta dos estudos mais de 300 mil mães adolescentes, segundo dados da mesma pesquisa em 2013. Dados do Ministério dos Direitos Humanos²⁷ relacionam a maternidade na infância e na adolescência às violências sexuais sofridas por meninas, frequentemente dentro de suas casas e perpetradas por parentes ou pessoas próximas à família. A violência e o abuso sexual de crianças e adolescentes²⁸, com taxas elevadas de gravidez precoce, revelam a casa como espacialidade ameaçadora para crianças que não têm garantida a integridade de seus corpos.

Para Federici (2017), na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência; pois, o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, e forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho. Daí a relevância que o corpo adquiriu, em todos os seus aspectos — maternidade, parto, sexualidade —, tanto dentro da teoria feminista quanto na história das mulheres. O saber feminista trata de uma ‘política do corpo’ (Federici, 2017, p. 34) e nesta interpretação, o controle dos corpos está relacionado à restrição das mulheres à condição de trabalhadoras não assalariadas no lar ou na base precarizada dos trabalhos domésticos mal remunerados.

A apropriação masculina e estatal da capacidade reprodutiva das mulheres coloca a maternidade no centro da reflexão sobre a violência sistemática contra as mulheres ao enfatizar que “o trabalho não remunerado das mulheres no lar foi o pilar sobre o qual se construiu a exploração dos trabalhadores assalariados, a “escravidão do salário” assim como foi o segredo de sua produtividade” (Dalla Costa, 1972, p.31, apud Federici, 2017, p.17). A proibição de práticas relacionadas aos saberes ancestrais (das curandeiras, parteiras), ou mesmo da prostituição revelam o histórico controle do corpo feminino pelo Estado. Como o Coletivo Sycorax destaca no livro de Federici (2017), a caça às bruxas²⁹ se atualiza no encarceramento massivo de mulheres negras perpetrado pelo Estado, nas violências obstétricas, na sub-representação política da mulher, na representação deturpada na mídia, na perseguição, silenciamento, agressão a mulheres, pessoas trans e travestis, na perseguição às religiões de matriz africana, na banalização da morte de crianças e jovens negros e na dor das mães de vítimas da violência policial.

Em meio a esse histórico controle sobre os corpos femininos, Robyn Longhurst (2008) oferece uma série de janelas reflexivas sobre as maneiras pelas quais os corpos maternos influenciam e são influenciados por processos sociais e espaciais e aponta maneiras pelas quais a subjetividade incorporada e a espacialidade estão intimamente entrelaçadas (Probyn 2003 apud Longhurst, 2008). A autora cita Sarah Holloway (1999: 91, apud Longhurst, 2008, p. 2) que argumenta: “Longe de ser uma experiência simplesmente natural, a maternagem é um fenômeno social complexo: varia ao longo do tempo e no espaço, e está intimamente ligado a ideias normativas sobre a feminilidade”.

A espacialidade da maternagem aponta para demandas relativas às práticas espaciais das mães, que incluem, por exemplo, o direito à livre amamentação, com políticas de apoio ao aleitamento materno que vão da ampliação de direitos trabalhistas (licenças e dispensas que garantam o direito à lactante) à adequação do mobiliário urbano para a oferta de condições adequadas ao aleitamento, como criação de espaços adequados em termos de limpeza, conforto e tranquilidade, para que lactantes possam coletar e armazenar seu leite, além de medidas que inibam constrangimentos espaciais relacionados ao aleitamento materno em público. A adequação de espaços ao cotidiano do cuidado compartilhado da primeira infância inclui ofertar fraldários e trocadores em espaços públicos, mas não apenas em banheiros femininos.

Robyn Longhurst (2008) nos ajuda a pensar em alguns dos espaços – material, discursivo e imaginário – da amamentação: a lactação tem sido um símbolo da maternidade – sustento, calor, bondade – e ainda existe uma vasta e diversificada gama de experiências vividas de lactação, algumas das quais reiteram discursos dominantes sobre a ‘pureza do leite das mães’ e outras que contestam esses discursos (Longhurst 2008, p.17). Quando os seios devem ‘estar no lugar’ e ‘fora do lugar’ (Longhurst 2008) passa a ser um debate de base moral conservadora ou de grupos de apoio ao aleitamento materno que podem ampliar a pressão sobre as mães ao criarem regras e expectativas de *um* maternar ideal. O pertencimento a essas comunidades ‘virtuais’ reproduz imposições de modos de ser mulher ou de maternar que podem gerar nas mães sentimento de culpa, falta e fracasso.

As redes de apoio para mães e cuidadores, ou as ‘redes de pessoalidades’ como tratado por Przybysz (2017), constroem espaços de maternagens e são complementos ao próprio exercício das maternagens, por isso se pode afirmar que há uma construção de multiespacialidades

relativas aos cuidados de bebês e crianças. As espacialidades da maternagem variam conforme o arranjo dos diferentes eixos de opressão que incidem sobre determinadas existências. Isso porque, para que muitas mulheres mães possam 'sair de casa para o trabalho', outras mulheres foram e são responsabilizadas por cuidar destas crianças. Não podemos esquecer que muitas destas mulheres que vão cuidar, especialmente por meio do trabalho doméstico remunerado, também são mães, que acabam por deixar suas crianças em algum *lugar* quando não estão nas creches e escolas. Por vezes, estas crianças ficam sozinhas, sob o cuidado de outras crianças maiores ou sob guarda das redes de parentesco e vizinhança, formadas majoritariamente por outras mulheres. Historicamente, as mulheres que estão na base da estrutura social do cuidado (parental, comunitário ou terceirizado) são as mulheres negras e esta relação da maternagem com outros cuidados diz muito sobre como podemos fazer uma autocrítica em relação à perspectiva do letramento antirracista em nosso fazer científico feminista. Destacar a importância das intelectuais negras em uma revisão narrativa dos estudos da maternagem na ciência geográfica é uma decisão política relativa à minha própria experiência como feminista, seja como mãe ou cientista, branca, em processo de letramento racial.

Feminismo negro, letramento racial e a contribuição de intelectuais negras para pensar o cuidado

As feministas negras contribuíram muito para a desconstrução do modelo universalizante de mulher do feminismo branco e seu modo de desconsiderar a existência das mulheres negras. Abriram caminho para a visibilização de outras opressões a que estão submetidos os corpos considerados 'fora da norma': mulheres pobres, periféricas, LGBTQIA+. O feminismo negro (Carneiro, 2003, 2005; Collins, 2019) formulou importantes críticas à teoria feminista e suas categorias de análise e denunciou o racismo existente no interior do movimento de mulheres brancas.

Maria Aparecida da Silva Bento fala da "indignação narcísica" das mulheres brancas frente ao "silêncio constrangedor dessas mulheres sobre a situação da mulher negra apontada há mais de 20 anos como aquela que compõe o segmento mais discriminado no mercado de trabalho" (Bento, 2002, p. 30). Apontar o silêncio, a omissão e este componente narcísico de autopreservação dos privilégios brancos tem relevância em um processo de letramento racial e de autocrítica de uma geógrafa feminista branca. Bento (2002) e Cardoso (2011) são enfáticos ao dizer que *é preciso situar a branquitude* e sua responsabilidade no que se refere ao racismo endêmico e suas práticas genocidas.

Para Cardoso (2011), a branquitude segue significando poder, lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e materiais palpáveis que colaboram para reprodução do preconceito racial, discriminação racial "injusta" e racismo. O autor pautou-se na sociologia das ausências e das emergências de Boaventura de Souza Santos (Santos, 2006b, p. 86-125 apud Cardoso, 2011) para buscar compreender a extensão e o significado da suposta escassez do tema da branquitude nos estudos sobre relações raciais na produção acadêmica brasileira. Cardoso (2011) lembra que Guerreiro Ramos foi quem primeiro propôs estudos sobre a identidade racial branca, utilizando o termo "brancura", que na literatura científica atual equivaleria ao conceito branquitude. Ramos, no ensaio 'A patologia social do "branco" brasileiro', utiliza o termo "brancura" referindo-se à pele clara e outros traços e aspectos, sobretudo, físicos como lábios, nariz, cabelos, que levam uma pessoa a ser classificada socialmente como branca (Ramos 1995[1957] s p.163-211 apud Cardoso 2011). Cardoso ressalta que a brancura é um dos traços da própria branquitude, mas que uma pessoa pode identificar-se como branca, mesmo que não possua brancura e, assim, a branquitude também diz respeito a aspectos que identificam uma pessoa ou um grupo para além de suas características físicas.

A branquitude é esse lugar de privilégio simbólico que pode, inclusive, fazer com que pessoas classificadas como brancas não se considerem marcadas enquanto uma identidade

racial dentre outras, usufruindo assim de uma pretensa ‘invisibilidade’ mesmo diante da violência do racismo. Esta pretensa invisibilidade seria o que pessoas brancas se utilizam para não se marcarem do ponto de vista da racialidade, ainda que, por vezes, se situem em outros aspectos de sua corporeidade; algo que seria próprio da branquitude. Como resultado perverso dos privilégios de pessoas brancas, a branquitude reforça a ideia de que o racismo seria um problema da pessoa racializada (negros, indígenas, entre outros grupos racializados). Na hierarquia resultante do racismo, coube a negros, negras e indígenas pensar as consequências mais cruéis dessa relação e, inclusive, dizer aos brancos e brancas que compreender seu papel na transformação das desigualdades raciais é o mínimo que se pode fazer se a intenção é ser antirracista. Ainda que tardiamente, pessoas categorizadas como brancas, precisam evidenciar privilégios e romper o silêncio do racismo estrutural e cotidiano e esta é a principal justificativa para trazer o tema da branquitude crítica para uma reflexão feminista e situada sobre maternagem na Geografia.

Na ciência, tal como Sueli Carneiro (2003, 2005) nos apresenta, o epistemicídio coloca em questão o lugar da educação na reprodução de poderes, saberes, subjetividades e “cídios” que o dispositivo de racialidade/biopoder produz: discursos, instituições, arquiteturas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, entre muitos outros. É o epistemicídio que explica as razões da leitura tardia de pensadoras como a própria Sueli Carneiro (2003), e tantas outras que explicam a cultura racista e machista do nosso país, que aparecem nesta revisão narrativa por trazerem contribuições significativas para uma reflexão que envolve a construção social da maternagem enquanto um conjunto complexo de práticas relativas ao cuidado.

Lélia Gonzalez contribui de modo valioso para a compreensão de como a mulher negra é situada neste duplo fenômeno do *racismo* e do *sexismo*. Conhecer sua decisiva atuação ao longo de sua trajetória política e intelectual é um compromisso para uma ciência geográfica que se pretende antirracista e antissexista. Destacando a figura da mulher negra que fala na primeira pessoa como sujeito do conhecimento e não mais como objeto da pesquisa, a autora (Gonzalez, 2019, p. 223) afirma que “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” e “sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”. A obra de Lélia Gonzalez permite reconhecer o papel central exercido pela mulher negra, como sujeita fundamental da vida social, cultural e econômica, razão que justifica a inserção de sua contribuição na presente análise³⁰.

Gonzalez (2019) aponta para o lugar da mulher negra no processo de formação cultural brasileira, assim como os diferentes modos de rejeição e integração de seu papel. A partir das três noções invocadas para definir a mulher negra, a depender do contexto em que são percebidas – mulata, doméstica e mãe preta – enquanto expressões do racismo como neurose cultural brasileira, Lélia Gonzalez fala do sentido paradoxal que a figura da *mucama* ocupou no processo de formação cultural brasileira e abre uma série de questionamentos sobre esta cultura marcada pela internalização de valores coloniais, que construíram, entre outras coisas, a falsa ideia de feminilidade baseada na fragilidade e na domesticidade³¹. As figuras da “mãe-preta” e da “doméstica” ajudam a compreender a cultura brasileira, especialmente quando há um interesse pela espacialidade do cuidado e do materno. De acordo com Gonzalez, “É interessante constatar como, por meio da figura da “mãe-preta”, a verdade surge da equivocação.³² É exatamente essa figura, para a qual se dá uma colher de chá, quem vai dar uma rasteira na raça dominante” (Gonzalez, 2019, p. 249)³³; pois, para Lélia, a mãe-preta “simplesmente, é a mãe”.

É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Como mucama, é a mulher; então a “bá” é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por incrível que pareça, só serve para parir os filhos do senhor. Não existe a função materna. Essa é efetuada pela negra. Por isso, a “mãe-preta” é a mãe. (Gonzalez, 2019, p. 249)

Para Lélia Gonzalez, a função materna é realizada pela negra e “a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito para a criança brasileira” (idem). “Essa criança, este *infans*, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês” (ibidem). Ainda que não se refira à maternidade, mas à cultura e à importância da mulher negra nesse *lugar* de base, de cuidado em sentido amplo, a autora ressalta que a função materna “diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente” (Gonzalez, 2019, p. 249-250).

A internalização de valores da cultura dominante, herança colonial do patriarca, tem graves consequências para o imaginário de que a mulher negra é mais forte (não-feminina, não-frágil) e isso tem impactos na maternidade de mulheres negras. Paradoxalmente o poder das mulheres negras está no fato de serem as “que criam seus filhos(as), os filhos(as) dos filhos(as), os filhos(as) de outros(as) e que cuidam de todos(as). São mães, protetoras e arrimos da casa” enquanto “a figura patrilinear e a presença masculina estão bastante ausentes ou escassas por diferentes razões” (Guimarães, 2015, p.287).

Beatriz Nascimento (2019) alerta que a mulher negra, contrariamente à mulher branca, sempre desempenhou função produtiva: antes como escrava trabalhando nos afazeres da casa-grande, que incluía produzir alimento para a escravaria e, também, no campo, desempenhando atividades subsidiárias do corte e engenho. Como mãe potencial e, portanto, reprodutora de nova mercadoria para o mercado de mão de obra, concorria com o tráfico negreiro (Nascimento, 2019). Uma diferença com relação aos homens negros escravizados era o fato do corpo das mulheres negras ser constantemente violado pelo estupro. Aos olhos de seus proprietários não eram sequer mães, mas instrumentos da ampliação da força de trabalho escravizada (Davis, 2016). Para Angela Davis (2016), a postura dos senhores em relação às escravizadas era regida pela conveniência: as exploravam como se fossem desprovidas de gênero e, ao mesmo tempo, poderiam ser reduzidas à sua condição de fêmea para serem ainda mais exploradas, reprimidas e punidas.

Desse modo, a exaltação ideológica da maternidade que vem sendo aprimorada desde o século XIX não se estendia às escravizadas, como determinados modos de maternagem não se aplicam a uma parcela significativa de mulheres pobres e subalternizadas nos dias de hoje. Pensar o tema da maternidade para a mulher negra sem considerar essa dor histórica é, no mínimo, insensibilidade. Davis (2016), destaca a centralidade da mulher negra em uma outra construção da noção de feminilidade, desconstruindo o mito da feminilidade centrado na mulher branca, frágil, delicada e dedicada ao lar.

Patrícia Hill Collins (2019) evidencia como o feminismo negro descortinou uma série de imaginários que se traduzem em interdições espaciais para mulheres negras. Collins traz as figuras da *mammy* e da matriarca negra como imagens fundamentais para que as opressões interseccionais de classe, gênero e raça sigam operando de modo perverso. Para a autora, a *mammy* – servicial fiel e obediente – é uma imagem de controle aplicada às mulheres negras estadunidenses, de modo a “justificar a exploração econômica das escravas domésticas e mantida para explicar o confinamento das mulheres negras ao serviço doméstico” e que ainda serve de padrão normativo usado para avaliar o comportamento das mulheres negras em geral (Collins, 2019, p. 140). E segue: “Ao amar, alimentar e cuidar dos filhos e das “famílias” brancas melhor do que dos seus, a *mammy* simboliza as percepções de grupo dominante sobre a relação ideal das mulheres negras com o poder da elite masculina branca” (idem). Assim como as babás e empregadas domésticas brasileiras, mesmo sendo tratada de forma cordial, “a *mammy* conhece seu lugar” de subordinação, e Collins pontua que “as intelectuais negras criticaram duramente a imagem das afro-americanas como *mammies* satisfeitas” (idem, p. 140), e cita Audre Lorde, que em uma ida ao supermercado em 1967 com sua filha de dois anos no carrinho de compras viveu uma situação estarrecedora: “uma garotinha branca passando com a mãe exclama animada: ‘Olha, mamãe! Uma babá bebê!’” (Collins, 2019, p.141). A *mammy* seria a face pública que os homens brancos esperam das mulheres negras e servem para que muitas famílias brancas de classe média historicamente mantenham sua posição de classe usando trabalhadoras negras como mão de obra barata.

Ressaltar a força da mulher negra em prover e cuidar sem apoio algum, e não questionar as razões de, ainda assim, esta mulher ser culpabilizada pelo ‘fracasso’ de seus filhos, na escola e perante a lei, e, ainda, pela pobreza subsequente das crianças negras, apenas corrobora as opressões interseccionais (Collins, 2019 p.147). “A imagem da matriarca também corrobora a opressão racial” (idem, p.148) e constitui uma experiência compartilhada por mães negras brasileiras, que vivem a monoparentalidade, como resultado do abandono paterno e de uma afetividade marcada pela solidão (Pacheco, 2013).

O sexismo está na raiz deste abandono de crianças e na solidão da mulher negra. Enfatizando a importância da coletividade e da comunidade nos cuidados relativos às crianças, bell hooks (2019) traz a teoria feminista da margem ao centro para pensar formas de revolucionar a parentalidade. Para hooks (2019, p.199) “o sexismo é uma fonte de exploração e humilhação para as mães” e aponta caminhos de como o cuidado parental compartilhado (coletivo, comunitário) pode ser um estímulo para que os homens sejam chamados ao debate (e principalmente, à ação!) em direção a uma divisão mais equânime da parentalidade, como um sinal de sua disposição em lutar contra o sexismo. Segundo hooks, a maternidade não poderia ser definida como um obstáculo à liberdade das mulheres negras, em razão do racismo, da falta de emprego e formação, além de outras questões, constituírem problemas mais imediatos do que a maternidade e, também, pelo trabalho no contexto familiar ser compreendido como um labor que humaniza as mulheres negras como pessoas que exprimem amor e carinho, como gestos de humanidade que a ideologia supremacista branca acusa pessoas negras de serem incapazes de expressar (hooks, 2019).

Para hooks (2018), a criação de crianças foi um componente central do movimento feminista contemporâneo, pois as feministas consideravam que ao educar as crianças sem sexismo, haveria maiores chances de, no futuro, não haver a necessidade de um movimento antissexista. O foco inicial foi na criação de meninas para que estas pudessem criticar o patriarcado masculino, atacar o preconceito sexista e promover imagens alternativas. Mas hooks ressalta que nas “culturas de dominação patriarcal capitalista de supremacia branca, crianças não têm direitos” (2018, p.110). Para a autora, o movimento feminista foi o primeiro a chamar atenção para o fato de que nossa cultura não ama crianças, e continua a enxergar crianças como propriedade do pai e da mãe, razão que leva a autora a afirmar que a “violência adulta contra crianças é norma em nossa sociedade” (idem, p. 111) e que mulheres são, com frequência, as principais culpadas pela violência diária contra crianças, ao serem violentamente encarregadas de tomar conta delas. Para a autora, isto acontece porque “todos nós fomos socializados para aderir ao pensamento patriarcal, para aderir à ética da dominação que diz que os poderosos têm direito de comandar quem não tem poder e podem usar quaisquer meios para subordiná-los” (hooks, 2018, p.111).

Segundo hooks, uma das contribuições mais significativas do movimento feminista em nome das crianças foi reivindicar que os homens participassem mais ativamente na criação, “não somente para construir equidade de gênero, mas também para estabelecer melhores relacionamentos com as crianças” (2018: p. 114). Maternagem e paternagem feministas precisam ser refletidas e praticadas. Se no passado as feministas eram duras na crítica à maternagem, opondo essa tarefa a carreiras consideradas mais libertadoras, mais autoafirmadoras, no meio da década de 1980, pensadoras feministas desafiavam a desvalorização feminista da maternidade e a supervalorização do trabalho fora de casa, especialmente pela necessidade de valorizar os trabalhos domésticos e de cuidado. Por outro lado, hooks (2019) argumenta que a cultura patriarcal dominante lançou uma perversa crítica à maternagem solo e aos lares comandados por mulheres e esta reação antifeminista de depreciação de mães solteiras pela sociedade foi das mais prejudiciais para o bem-estar das crianças, a despeito de todas as evidências comprovarem que “o bem-estar das crianças não está mais assegurado em uma família disfuncional, cujo chefe é um homem, do que em uma família disfuncional cuja chefe é uma mulher”. Nas palavras da autora, “Crianças precisam ser educadas em ambientes amorosos. Sempre que a dominação estiver presente, faltará amor” e para ela, “em futuros movimentos feministas, precisamos trabalhar mais para

mostrar a mães e pais como acabar com o sexismo muda positivamente a vida da família”, pois “acabar com a dominação patriarcal de crianças, seja por homens, seja por mulheres, é a única maneira de tornar a família um lugar no qual as crianças se sentem seguras, no qual elas podem ser livres, no qual podem conhecer o amor” (hooks, 2018: p. 116).

Essa base teórica busca capturar a relação corpo-espço identificando as relações paradoxais que constituem a espacialidade da maternagem, em seu aspecto relacional, em que a mãe negra encontra desafios maiores em relação à mãe branca. Esta, por vezes em uma posição de classe superior, é apoiada pela mulher negra que, contrariamente, não usufrui da solidariedade das brancas, que seja condizente ao que oferece ao se encarregar dos cuidados a ela terceirizados. Considerando a enorme contribuição das autoras citadas acima, e pensando sobre a cultura brasileira e sobre as condições das mulheres negras enquanto figuras predominantes nas funções de cuidados domésticos, especialmente as empregadas domésticas, é preciso destacar o peso desse imaginário para o legado da mulher negra na formação da sociedade brasileira. Mulheres negras são e foram fundamentais, não apenas criando seus próprios filhos, como são e foram a base da criação de crianças brancas. O feminismo negro rompe com essa hierarquia e essa ruptura deve ser parte também da necessária autocrítica da branquitude.

De acordo com o DIEESE (2013), as trabalhadoras domésticas, que no Brasil são cerca de 6,6 milhões, trabalham para 11% das famílias brasileiras, que contam com o serviço de ao menos uma trabalhadora doméstica. Deste total, o contingente de mulheres correspondia a 6,1 milhões (92,6%). Entre 2004 e 2011, a proporção de mulheres negras ocupadas nos serviços domésticos no país cresceu de 56,9% para 61,0%, ao passo que entre as mulheres não negras observou-se uma redução de 4,1%, com a participação correspondendo a 39,0%, em 2011 (DIEESE, 2013). Estes dados indicam que as mulheres negras continuam sendo empregadas no trabalho doméstico, que segundo o mesmo estudo (DIEESE, 2013) é a ocupação que se caracteriza por apresentar o menor rendimento médio mensal, quando comparado a todos os grupos de atividade. Entretanto, o estudo aponta um envelhecimento da categoria (crescimento da participação de mulheres mais velhas no emprego doméstico e redução da proporção de jovens ocupadas na atividade), a mudança de perfil pode ser explicada por diversos fatores, entre os quais o aumento do nível de escolaridade das jovens, possibilitando a busca por ocupações mais valorizadas socialmente, com melhores remunerações e mais formalizadas do que o trabalho doméstico.

Considerações finais

Durante a escrita deste texto, para além de toda a conjuntura da Pandemia de Covid-19 que afetou fortemente a vida das mulheres (Oliveira, 2020), sobretudo as mais pobres, e em meio às numerosas demonstrações do racismo cotidiano no Brasil e no mundo, um caso foi especialmente dilacerante: Mirtes Renata Santana Souza, empregada doméstica, se viu obrigada a trabalhar durante a pandemia e a levar seu filho, Miguel Otavio Santana da Silva, de 5 anos, junto com ela, já que por recomendações sanitárias as escolas estavam fechadas. Sari Gaspar Cortes Real, a patroa e primeira-dama de Tamandaré, tem um cachorro, mas não o leva para passear, delega o serviço a Mirtes, empregada em sua residência, nas ‘torres gêmeas’ do Recife, ícone da lógica de especulação imobiliária e segregação urbana. As injustas relações estabelecidas entre essas mulheres, Mirtes e Sari diz muito sobre a relação desigual e nada recíproca que separa mulheres de modo tão evidente. Mirtes leva o cachorro da patroa para a rua e Miguel, provavelmente por sentir a hostilidade daquele espaço, que era o local de trabalho de sua mãe, sentimento agravado pela ausência momentânea dela, tenta ir ao seu encontro. A necessidade de afeto e proteção que levou Miguel ao elevador é compreensível, mas não o suficiente para aquela mulher ‘impaciente’ que o deixa embarcar sozinho. O horror da imagem da mulher que deixa a criança desamparada é cortante e cruel, com a indiferença da desumanização típica da branquitude racista. A

dor de Mirtes expressa em seu desabafo a inexistente sororidade: “Ela confiava os filhos dela a mim e a minha mãe. No momento em que eu confiei o meu a ela, infelizmente, ela não teve paciência para cuidar, para tirar [do elevador]”³⁴.

A situação narrada é explícita em revelar como o racismo incide diretamente na vida e na morte de crianças negras e na dor compartilhada por mães negras. Falar sobre esse caso é falar da infância negra ceifada, do racismo sofrido por crianças negras, que são tratadas com frieza e desprezo e do genocídio da infância e juventude negra, que impacta diretamente mulheres negras, pobres e periféricas. Mas é também sobre não haver sororidade universal. As hierarquias raciais fazem desta noção uma falsa ideia, pautada em um universalismo igualmente falso (Kilomba, 2019), que Bia Ferreira, em bom *pretuguês*³⁵ contesta: “E nós? As *muié* preta? nós só serve pra vocês mamar na teta? Ama de leite dos brancos. Sua vó não hesitou, quando mandou a minha lá pro tronco” (...) “Quando foi que cê pisou na minha quebrada pra falar sobre o seu feminismo?”³⁶.

Entretanto, para além da dor, é na poesia de mulheres negras como Carol Dall Farra e Bia Ferreira que a presente pesquisa identifica vozes insubmissas que se erguem para ‘estilhaçar a máscara do silêncio’ e ‘perturbar o sono injusto dos da casa-grande’, tal como propõe Conceição Evaristo³⁷. É preciso estar atenta às críticas levantadas por estas autoras, poetisas e compositoras. Por vezes elas são bem diretas e exigem mais do que indignação, nos convidando para uma ação cotidiana e que situe a branquitude, de modo que a crítica possa nos servir ao debate institucional capaz de remover barreiras que secularmente dificultaram a vida de mulheres negras enquanto intelectuais. Patrícia Hill Collins (2017, p. 177) alerta: “devemos estar atentas à absorção sedutora das vozes das mulheres negras em salas de aula no ensino superior, onde os textos de mulheres negras ainda são muito mais bem-vindos do que a presença das mulheres negras em si”. E os dados de nossa realidade comprovam a fala assertiva da autora. Dados do Censo da Educação Superior de 2016, divulgados pela Gênero e Número, apontam que mulheres pretas com doutorado atuando nos cursos de pós-graduação do Brasil são 0,4% do corpo docente, mulheres negras (pretas e pardas somadas) não chegam a 3% do total de docentes, enquanto na graduação, mulheres pretas são 6% das alunas entre 20 e 24 anos e mulheres brancas na mesma faixa etária são 40%³⁸.

Reconhecer o acesso desigual e agir para a mudança do quadro é urgente e necessário. E visibilizar a obra destas autoras pode apoiar o acesso e a permanência das jovens estudantes negras no ensino superior e sua escolha pela carreira docente. Ainda que esta seja uma carreira difícil para mulheres-mães de uma maneira geral³⁹, denunciar o racismo institucional com esses dados constrangedores é parte do letramento racial da ciência. A interseccionalidade contribuiu para uma leitura geográfica da maternidade, mas o processo de descolonização da ciência impõe uma autocritica da branquitude e uma ação antirracista indispensável à geografia corporificada. Referenciar as teóricas do feminismo negro e suas contribuições à formulação e à abordagem interseccional é, assim, fundamental.

A pesquisa apontou a necessidade de descolonizar o gênero e valorizar sujeitas e temáticas pouco visibilizadas pela ciência androcêntrica, por meio de uma abordagem interseccional que pudesse abarcar a espacialidade de corpos maternos, em sua multiplicidade e abertura relacional. A invisibilidade da espacialidade da maternagem enquanto tema de pesquisa geográfica reflete também o apego à tradição e à reprodução de um modo de fazer ciência que se busca superar. A proposta deste texto foi apontar caminhos para uma análise geográfica da espacialidade materna, com apoio das geografias feministas e de intelectuais negras que fazem da interseccionalidade um recurso teórico e epistemológico fundamental à reflexão. Na trilha percorrida, destaca-se o caráter performático da maternagem, além dos contextos sociais, culturais e políticos que ressaltam a centralidade da mulher negra para pensar o cuidado e o sentido materno associado a ele. Cabe destacar que pensar-agir sobre a parentalidade (maternagem e paternagem) feminista é um caminho fundamental para uma cultura antissexista e antirracista, pois há um valor inerente ao bem-estar social de crianças que deveria interessar a todas as pessoas. E, ainda que as conquistas do feminismo revelem que ter homens exercendo a paternagem feminista é

satisfatório para todas as partes envolvidas, ainda estamos longe da equidade de gênero no cuidado.

Repensar as relações entre gêneros e intragênero tem sido proveitoso à análise espacial do materno. Este movimento reconhece o valor das geo-grafias feitas *desde dentro* (Guimarães, 2015), valoriza a escuta da corpo-oralidade das diferenças encarnadas, reverencia mulheres e dialoga com a poética das mulheres negras, com a “geografia poética das mulheres negras” (Guimarães, 2010, p. 152). Como afirma o poema de Carol Dall Farra, “Na ponta do abismo, lá vai a mãe preta. Aguenta o infinito num corpo que o grito socorro acusa suspeito. Não chora e nem fala das mortes diárias. Pariu cinco vezes sem anestesia, com falas no ouvido: – preta é firme! Teu corpo foi alvo da falta de amor. Teu peito batuca a dor de um dos filhos que ontem dormiu, quando na escura da noite um corpo fardado mirou sem certeza por causa da cor”(…) “Mãe preta resiste desde que não sabia o que era existir”(…) E conclui: “A força é um detalhe pra quem vive resistência”⁴⁰.

Não parece possível pensar a relação corpo-espaco sem considerar as desiguais relações de gênero, raciais e de classe que são ainda mais evidentes em oprimir mulheres negras que passam pela experiência do materno. Pensar a espacialidade materna como aberta e relacional significa reconhecer a história e as histórias cruzadas e coexistentes, as desiguais posições na estrutura social e o racismo que mata jovens e crianças negras cotidianamente. A resistência poética da mulher negra e sua significativa contribuição intelectual ao pensamento crítico evidenciam que o enegrecimento do feminismo constitui a base corporificada da análise geográfica das espacialidades maternas.

Referências bibliográficas:

AGUIAR, Isabelle W. L. A relação corpo-espaco na experiência da violência obstétrica sofrida durante o parto segundo o relato das mulheres gonçalenses (2017-2018). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia – UERJ/FFP. São Gonçalo: 2019.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo Estudos Feministas. 1/2000

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, Elisabeth. O conflito: a mulher e a mãe. Editora Record, 2011.

BENTO, Maria Aparecida da S. Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese de doutorado (Psicologia). USP. São Paulo: s/n, 2002

BRASIL. Lei n. 8.609 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

BUTLER, Judith. Gender trouble: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge Chapman & Hall, 1990.

CARDOSO, Lourenço. O branco-objeto: o movimento negro situando a branquitude. Instrumento, Juiz de Fora, v. 13, p. 81-93, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos avançados, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese de Doutorado (Educação). Faculdade de Educação-USP. 2005.

- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: Rev. Estud. Fem. [online]. vol.10, n.1, pp. 171-188, 2002.
- COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. Cadernos Pagu, n. 51, Campinas, dez. 2017 [1996].
- COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro. São Paulo: Boitempo, 2019 [1990].
- COLECTIVO DE GEOGRAFÍA CRÍTICA DEL ECUADOR. Mapeando el cuerpo-territorio. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios. Quito: Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo, 2017.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Trad: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIEESE. Emprego doméstico no Brasil. Estudos e Pesquisa. n. 68, agosto de 2013.
- DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa nacional de aborto. 2016. Ciência Saúde Coletiva, v. 22, n. 22, p. 653-660, 2017.
- EVARISTO, Conceição. Insubmissas Lágrimas de Mulheres. Rio de Janeiro: Malê, 2016.
- ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys; GOMEZ, Diana; LUGONES, María; Ochoa, Karina. Reflexiones Pedagógicas en torno al Feminismo Descolonial. In WALSH, Catherine (org.). Pedagogías decoloniales: practicas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Abya Yala, 2013.
- FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. O Ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- FERREIRA, Aparecida de Jesus. Letramento racial crítico através de narrativas autobiográficas: com atividades reflexivas. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In HOLLANDA, Heloisa Buarque. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 [1980].
- GUIMARÃES, Ferreira Geny. Rio negro de janeiro: olhares geográficos de heranças negras e racismos no processo-projeto patrimonial. Tese de Doutorado (Geografia). UFBA. Salvador: s/n, 2015.
- GUIMARÃES, Ferreira Geny. Geoesias: geo-grafias das poesias africanas. CESPUC N 20, 2010
- HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, n.5, p.7-41, 1995.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 1, n. 1, p.7-32, 1993.
- HOLLOWAY, Sarah L. Local childcare cultures: moral geographies of mothering and the social organisation of pre-school education. Gender, Place and Culture, vol. 5, n. 1, p. 29-53, 1998.
- hooks, bell. O feminismo é para todo mundo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- hooks, bell. Teoria Feminista: da margem ao centro. Trad. Rainer Patriota. São Paulo, Perspectiva, 2019
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

- Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade: 2015. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- JEREMIAH, Emily. Motherhood to Mothering and Beyond: maternity in recent feminist thought se. *Journal of the Association for Research on Mothering*, vol, 8, n. 1/2, p. 21-33, 2006.
- KILOMBA, Grada. Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019
- LONGHURST, Robyn. “Situating bodies”. In: NELSON, Lise; SEAGER, Joni. A companion to feminist Geography. Carlton: Blackwell Publishing, 2005, p. 337-349.
- LONGHURST, Robyn. *Maternities: Gender, Bodies and Space*. New York: Routledge, 2008.
- LONGHURST, Robyn. Thinking geographically whit wombs. *Dialogues in Human Geography*, Vol. 8, n. 3, 320-323, 2018.
- LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.22, n.3, p.935-952, set./dez. 2014.
- MARCHESE, Giulia. Del cuerpo en el territorio al cuerpo-territorio: elementos para una genealogía feminista latinoamericana de la crítica a la violencia. *EntreDiversidades*, 6 (2(13)), 9-41.
- MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008
- MCDWELL, Linda. Space, place and gender relations. *Progress in Human Geography*, 17(3), p. 305-318, 1993.
- NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. In HOLLANDA, Heloísa Buarque. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 [1990], p. 265-268.
- OLIVEIRA, Anita Loureiro de. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia de Covid-19. *Revista Tamoios, São Gonçalo (RJ)*, ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 154-166, maio 2020.
- PACHECO, Ana Claudia. *Mulher negra: afetividade e solidão*. Salvador, EdUFBA, 2013.
- PEREIRA, Livia Cretton, TSALLIS, Alexandra. C. Maternidade versus sacrifício: uma análise do efeito moral e práticas sobre a maternidade, comumente engendradas nos corpos das mulheres. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(3), São João del-Rei, julho-setembro de 2020. e-3651.
- PRZYBYSZ, Juliana. *Nem Santas Nem Putas, Apenas mulheres: espacialidades de mulheres prostitutas de baixa renda no exercício de maternagens em Ponta Grossa – PR*. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2017
- PRZYBYSZ, Juliana; SILVA, Joseli M. A “puta que pariu”: a desconstrução da dualidade entre sexualidades transgressoras e maternagens na instituição dos espaços de prostituição feminina. In SILVA, Joseli et al. (org). *Dialógos ibero-latinoamericanos sobre Geografias Feministas e das Sexualidades*. Ponta Grossa, 2017, p. 111-128
- RATTS, Alex e RIOS, Flavia. Lélia Gonzalez. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- RIOS, Flávia; RATTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: Ana Flávia Magalhães Pinto; Sidney Chaloub. (Org.). *Pensadores Negros - Pensadoras Negras: Brasil, século XIX e XX*. 1ed. Cruz das Almas; Belo Horizonte: EDUFRB; Fino Traço, 2016, v. 1, p. 387-403.
- ROSE, Gillian. *Feminism & Geography*. Cambridge: Polity Press, 1993.
- SCHILT, Kristen; WESTBROOK, Laurel. Doing Gender, Doing Heteronormativity: ‘Gender Normals,’ Transgender People, and the Social Maintenance of Heterosexuality. *Gender & Society*, 23 (4): 440-464

SERANO, Julia. *Whipping girl: a transexual woman on sexism and the scapegoating of femininity*. Seal Press, 2007.

SILVA Joseli Maria, ORNAT Marcio Jose, CHIMIN Jr Alides Baptista (orgs). *Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. pp. 85-142.

SILVA Joseli Maria, ORNAT Marcio Jose, CHIMIN Jr Alides Baptista. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente*, n. 41, v. 3, p. 63-77, jul-dez, 2019.

SILVA, Joseli Maria. *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade*. 1ª edição. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. *GEOSUL, Florianópolis*, vol. 22, n. 44p. 117-134, 2007.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio; CHIMIN, Alides. Não me chame de senhora, eu sou feminista! Posicionalidade e flexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. *Geographia (UFF)*, v. 19, p. 11-20, 2017.

SILVA, Maria das Graças S. N; SILVA, Joseli Maria. *Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2014.

ZARAGOCIN, Sofia. La geopolítica del útero: hacia una geopolítica feminista decolonial en espacios de muerte lenta. In CRUZ, D Tania; JIMENEZ, Manuel B. *Cuerpos, territorios y feminismo* (org.). Quito: Abya Yala, 2017, p. 81-97.

Notas

1 A adoção dos termos ‘mulher’, ‘mãe’, ‘maternidade’, ‘maternagem’, ‘materno’ no presente texto revela a opção por um recorte analítico que alcançou experiências espaciais vividas por mulheres cisgêneras por considerar a histórica responsabilização, socialmente imposta, dos cuidados às mulheres, mas que não pretende invisibilizar a experiência de pessoas cisdiscordantes, trans ou não binárias que experienciam a maternidade/maternagem.

2 Em referência à poesia de Carol Dall Farra, vencedora do Slam das Minas de 2017, em que a poeta, rapper e geógrafa afirma a força ancestral de ‘quem vive resistência’ frente à violência racializada – policial, obstétrica, da hiper sexualização infantil, extermínio da juventude negra, os bicos de diarista como ‘herança’ de meninas negras. Com sua arte e corporalidade evidencia a potência da escrita que rompe o secular silenciamento imposto às mulheres negras. Disponível em: [Performance como ato de resistência \(contemporaryand.com\)](http://Performance.com.br). Acesso em: 22 nov. 2020.

3 A teoria e política queer aprofundaram a compreensão do desempenho das identidades sexuais no espaço, como Bell, Binnie, Cream e Valentine (1994), que examinaram a construção do espaço público como heteronormativa.

4 Kristen Schilt e Laurel Westbrook (2009) definem cisgênero como um rótulo para indivíduos que têm uma correspondência entre o gênero atribuído no nascimento, seus corpos e sua identidade pessoal.

5 Aparecida Ferreira (2015) utiliza a Teoria Racial Crítica para refletir e propor o que chama de “letramento racial crítico” através de narrativas autobiográficas, metodologia que inspira a presente revisão narrativa de fontes que incluem textos acadêmicos, poesias e músicas que compõem um lugar de escuta da corporalidade e que dialoga com a escrita de mulheres negras a respeito do materno e do histórico papel social de cuidadoras a elas atribuído.

6 As Geografia Negras são um movimento composto por geógrafos/as negros/as, em distintas trajetórias de formação e atuação com estudos e pesquisas centrados nas questões negras, raciais, étnicas e africanas, correlacionadas a etnicidade, gênero e sexualidade em suas dimensões espaciais. Ver Manifesto Por uma Geografia Negra (2019). Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/ppge/wp-content/uploads/2019/09/manifesto.pdf> Acesso em: 20 nov. 2020.

7 Em referência à Escrivivência ‘a escrita de uma vivência insubmissa’ de Conceição Evaristo (2016).

8 Texto disponível em: Ferramenta anticolonial poderosa: os 30 anos de interseccionalidade - CartaCapital. Acesso em: 20 nov. 2020.

9 Para Akotinere (2019, p.16) “enquanto as mulheres brancas têm medo de que seus filhos possam crescer e serem cooptados pelo patriarcado, as mulheres negras temem enterrar seus filhos vitimados pelas necropolíticas que confessional e militarmente matam e deixam morrer, contrariando o discurso cristão elitista-branco de valorização da vida e contra o aborto – que é um direito reprodutivo”. (...) “Daí não ter cabimento exigirem agência política para que se levantem sozinhas depois dos impactos da colonização, nem as tratem como a mãe preta, sobrenatural, matriarca, guerreira, que tudo aguenta e suporta” (idem).

10 Emily Jeremiah (2006), sugere que o termo maternagem é potencialmente inspirador para a compreensão de uma prática ativa que se faz por meio de um conjunto de ideias e comportamentos mutáveis, contextuais e potencialmente subversivos que podem ser lidos como performatividades maternas.

11 Com “a textura intelectual não linear, não objetiva e não neutra da interseccionalidade” presente em Lélia Gonzalez (Akotirene, 2019, p. 22).

12 O léxico que ronda o debate da ‘maternidade’ pode ser repensado, pois quando se fala em ‘corpo materno’, mesmo considerando os aspectos biológicos como gestação, parto e amamentação, não se trata de um tipo ‘universal’ de mulher cis (dado que seria preciso incluir pessoas trans, intersexuais e não binárias) e mesmo quando o foco está nos cuidados parentais, a densidade e a complexidade das relações exigem reflexões em profundidade sobre a nomeação.

13 Longhurst (2008) traz uma série de questionamentos acerca das formas de desessencialização do corpo para refletir sobre o sentido múltiplo dos “corpos maternos” e questiona: É a ‘ama de leite’, que fornece leite materno para uma criança que a mãe biológica não pode ou não deseja alimentar, um corpo materno? É o homem que cuida, nutre e ama seus filhos, um corpo materno? É a mulher que não possui filhos biológicos, mas atende às necessidades e ao comportamento emocional e físico de outras crianças, um corpo materno? A mulher que negligencia, maltrata ou mata seu filho é um corpo materno? É a irmã mais velha responsabilizada por cuidar de seu(s) irmão(s) mais novo(s), às vezes na ausência da mãe, um corpo materno? É o homem que experimenta aspectos físicos de gravidez e/ou nascimento (conhecida como síndrome de Couvade), um corpo materno? É a mulher que apresenta sinais de ‘gravidez psicológica’ e ainda que diagnosticada clinicamente como não grávida, um corpo materno? Para a autora, se não houver condições pré-constituídas, essenciais do corpo materno, a maternidade pode ser anexada a numerosos corpos diferentes, em diferentes tempos e espaços, e respostas a essas perguntas são necessariamente complexas.

14 Sobre o movimento ChildFree, ver em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-que-e-o-movimento-childfree-e-o-que-diz-a-lei-sobre-a-pratica/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

15 A pesquisa “Maternidade versus sacrifício: uma análise do efeito moral e práticas sobre a maternidade, comumente engendradas nos corpos das mulheres” investiga uma ‘despotencialização’ relativa à maternidade que tem origem na solidão, falta de apoio e outras demandas, que paradoxalmente aponta um conjunto de ações que evidenciam o corpo materno como sujeito da ação política que se opõe à política de romantização e idealização da maternidade.

16 Há nas redes sociais um debate em torno do que se convencionou chamar de “feminismo materno” e de como este termo guarda em si contradições ao associar a maternidade a categorias que historicamente limitaram a mulher ao lar, à família, ao casamento e aos papéis de mãe, esposa, dona de casa. A crítica ao uso desses termos, especialmente a categoria mãe em situações em que se pode usar termos de gênero neutro (gestante, parturiente, puérpere, lactante), advoga por uma leitura científica do feminismo, na qual o sujeito da luta não é universal e nem se restringe à mulher.

17 O debate geopolítico existente em torno do “útero” não essencializa ou universaliza os modos de gestar, parir ou maternar. Para uma leitura sobre homens trans que engravidaram, por exemplo, pode-se recorrer à pesquisa de Pederzoli, Aquinoã Abigail. *Papai ou mamãe? Uma discussão dos papéis parentais em homens trans que engravidaram*. Tese de Doutorado em Psicologia da USP, São Paulo, 2017.

18 A esterilização de mulheres é um drama silencioso, e há violências que atingem o corpo de modo traumático. Um caso que ilustra o modo como a contracepção afeta milhões de mulheres no mundo é o do dispositivo Essure, fabricado pela Bayer, que tem colocado em risco a saúde de mulheres nos Estados Unidos, Europa e Brasil, onde problema adquiriu uma dimensão pública, pelo fato dos implantes terem sido feitos pelo Sistema Único de Saúde, e as pacientes serem de baixa renda e das periferias. As mulheres que sentiam os efeitos colaterais relatam que foram ignoradas pelos médicos e só depois da judicialização dos processos passaram por procedimentos cirúrgicos para retirada do dispositivo, que correspondem a uma cesárea e, por vezes, exige a retirada completa de trompas e útero, podendo afetar outros órgãos com a fragmentação do dispositivo e seu espalhamento pelo corpo, deixando sequelas e traumas. Ver: <https://piaui.folha.uol.com.br/dispositivo-para-esterilizar-mulheres-fez-dezenas-de-vitimas-no-brasil/>

19 O racismo na espacialidade do parto está evidente na perda da memória ancestral do parir como ato fisiológico e na cultura mercantil cesarista que transforma o parto em um evento cirúrgico. Mesmo para quem pode optar por um parto natural humanizado, vaginal, em posição vertical ou de cócoras, é muito comum ouvir que “pariu que nem ‘índia’ (sic)”, revelando o racismo na desqualificação da ancestralidade indígena diante do gesto de parir na posição que parece mais espontânea e natural à parturiente e não na posição mais cômoda à equipe que assiste o parto.

20 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-racial/sus-suas-sem-racismo> Acesso em: 19 nov. 2020.

21 Evidência do machismo institucional, tanto pela ação em si, quanto pela nomeação.

22 “1) Fazer lavagem intestinal na mulher; 2) Raspar os pelos pubianos da mulher - ambos (1 e 2) por acreditar na possibilidade de uma Cesária; 3) Injetar o hormônio de oxitocina que acelera as contrações, sem explicar como o parto funciona, sem que tenha real necessidade médica e 4) Impedir a amamentação logo após o nascimento do recém-nascido se este for o desejo da mulher. A “4” é uma perspectiva de atendimento humanizado, que valoriza o primeiro contato da mãe e do filho logo ao nascer, mas por sofrer alterações com base nas burocracias do atendimento hospitalar, tem grande dificuldade de ser interpretada como violência obstétrica” (Aguiar, 2019, p. 21).

23 A Pesquisa Nacional do Aborto (PNA) feita pela Anis – Instituto de Bioética e pela Universidade de Brasília, que entrevistou 2.002 mulheres entre 18 e 39 (Diniz; Medeiros e Madeiro, 2017) revela que aos quarenta anos, uma em cada cinco brasileiras, já abortou e indica com dados do Ministério da Saúde que a cada dois dias, uma brasileira pobre morre em decorrência de um aborto clandestino, sendo a 5ª causa de morte materna no país.

24 A objeção de consciência é um dispositivo normativo de códigos profissionais e de políticas públicas que visa proteger a integridade de pessoas envolvidas em situação de conflito moral, como médicos que declaram objeção de consciência para não atender uma mulher que busca abortar legalmente. Em nome de convicções individuais, esse dispositivo protegeria o sentimento de integridade moral do médico, ao autorizá-lo a não participar de um procedimento que acredita ser moralmente errado, embora legal (Diniz, 2011, apud Aguiar, 2019).

25 “O recorte por cor ou raça indica que as mulheres pretas ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e/ou aos afazeres domésticos, com o registro de 18,6 horas semanais em 2016. Observa-se que o indicador pouco varia para os homens quando se considera a cor ou raça ou região de residência” (IBGE, 2018, p. 3)

26 Para a OIT, o trabalho doméstico é aquele realizado em ou para uma ou mais famílias e pode incluir quem reside ou não no local em que trabalha, aqueles que trabalham por hora ou por dia para múltiplos empregadores, aqueles que trabalham por meio de um intermediário (público ou privado) e aqueles que realizam uma série de trabalhos de cuidado indiretos e diretos, o que inclui cuidar de crianças e idosos, limpar, cozinhar, lavar roupas, entre outros.

27 A Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente publicou em 2018 um documento em que trata da violência contra crianças e adolescentes e da análise de cenários e propostas de políticas públicas sobre o tema. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf>

28 Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (Lei n. 8.069, de 13.07.1990), considera-se criança a pessoa com menos de 12 anos e adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos de idade (Brasil, 1990 apud IBGE: 2016, p.37). No Brasil, crianças e adolescentes correspondiam a 21,0% da população, conforme a PNAD 2015 (IBGE, 2016).

29 A figura da bruxa sintetiza um complexo grupo de “sujeitos femininos que o capitalismo precisou destruir: a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que ousa viver só, a mulher obech que envenena a comida do senhor e incitava os escravos à rebelião” (Federici, 2017, p. 24).

30 Para Rios e Ratts (2016, p. 3), “Com um trânsito fluente entre o movimento negro e o movimento feminista, Gonzalez foi crítica de ambos, mas também antecipa abordagens que posteriormente se denominaram de interseccionais”.

31 Lélia Gonzalez em sua abordagem psicanalítica do racismo, com inspiração em Franz Fanon, nitidamente se refere à internalização pelos sujeitos colonizados dos sistemas de dominação. Ao reunir figuras do pensamento social brasileiro para evidenciar a abordagem sexista e racista presente na obra desses autores, abre o pensamento sobre os próprios modos de fazer da ciência, ao apresentar uma linguagem questionadora, na qual a própria língua surge como ação subversiva. Com sua escrita combativa, elabora o pretuguês evidenciando o reconhecimento de uma história de luta no cotidiano das relações mais pessoais e subjetivas. Lélia Gonzalez subverte os modos de se fazer existir, enquanto uma mulher negra intelectual, que com sua escrita “oralizada” provoca uma reacomodação na própria elaboração científica, ao deslocar a mulher negra do lugar de objeto para a condição de sujeito do conhecimento de forma criativa também na originalidade com que comunica suas reflexões. Sobre a trajetória intelectual e abordagem interseccional de Lélia Gonzalez, ver: Ratts e Rios, 2010; Rios e Ratts, 2016.

- 32 Jacques, Lacan, O seminário, Livro XI, Rio de Janeiro: Zahar editore, 1979
- 33 A autora faz uma crítica importante a Caio Prado Junior, assim como a vários outros autores do pensamento social brasileiro, e afirma que o texto do autor é “uma expressão privilegiada do que chamaríamos de neurose cultural brasileira” e que aponta para além do que pretende analisar, na medida em que trata a mulher negra como objeto de saber, negando-lhe o estatuto de sujeito humano (Gonzalez, 2019, p. 245-246).
- 34 Confiei meu filho a ela, diz mãe de menino morto ao cair do 9º andar”. Por: Amanda Gil (04/06/2020). Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/confiei-meu-filho-a-ela-diz-mae-de-menino-morto-ao-cair-do-9o-andar>. Acesso em: 07 jul. 2020.
- 35 Para Lélia Gonzalez, “coube à mãe preta, sujeito do suposto saber, a africanização do português falado no Brasil (o pretuguês como dizem os africanos lusófonos) e, conseqüentemente, a própria africanização da cultura brasileira” (Gonzalez, 1982, p.94. Apud. Rios e Ratts, 2016).
- 36 Bia Ferreira. De dentro do ap. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xITsc4nm_NI Acesso em: 13 jul. 2020.
- 37 Nossa Escrivência: da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita (nossaescrevencia.blogspot.com). Acesso em: 04 nov. de 2020.
- 38 Lola Ferreira. Menos de 3% entre docentes, doutoras negras desafiam o racismo na academia. Junho 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/> acesso em: 04 nov. de 2020
- 39 Por Aline Gatto Boueri e Carolina de Assis. Sem considerar maternidade, ciência brasileira ainda penaliza mulheres - Gênero e Número (generonumero.media) Acesso em: 05 nov. de 2020.
- 40 Carol Dall Farra, Na ponta do abismo lá vai a mãe preta. Slam das Minas, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DbQXy_jcCXE&t=3s Acesso em: 20 nov. 2020.
- 41 Foram escolhidos 60 programas de pós-graduação em Geografia, pois no ano de 2017, este era o número de pós em Geografia, existentes no Brasil.
- 42 Os 17.636 artigos coletados encontram-se armazenados no Observatório da Produção Geográfica Brasileira, sendo que essas informações estão sendo alimentadas desde 2011.
- 43 Pseudônimo para John Augustine Zahm;
- 44 Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/13.shtml>> Acesso em 18 de Maio de 2020.
- 45 Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206>. Acesso em 20 de dezembro de 2018.
- 46 O Sistema Qualis Capes possui um ranking de valorização de periódicos científicos por área de conhecimento, do mais valorizado ao menos: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5.
- 47 GAP significa diferença. Para a sociologia gap serve para descrever uma lacuna ou disparidade entre elementos de uma classe social mais elevada em relação aos elementos de uma classe social mais desfavorecida. Disponível em: < <http://www.significados.com.br/gap/>> Acesso em 18 de Maio de 2020
- 48 É importante marcar que às vezes o monte da disciplina é diferente, mas reflete a ideia do que é a concepção teórica e metodológica da Geografia brasileira.
- 49 A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção; Por uma Geografia nova; Espaço e método

- 50 O Pensamento Geográfico Brasileiro. As matrizes Clássicas Originárias; Para Onde Vai o Pensamento Geográfico? Por uma Epistemologia Crítica; O pensamento geográfico brasileiro. Vol. 2 - As matrizes da renovação.
- 51 Condição Pós-Moderna; A Produção Capitalista do Espaço; Espaço de Esperança
- 52 Epistemologia da Geografia; Evolución de la Geografía Humana; História da Geografia
- 53 A gênese da Geografia moderna; Geografia: Pequena História Crítica; Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil.
- 54 Geografia e Modernidade; O Espaço da Modernidade; Um lugar para a Geografia: contra o simples o banal e o doutrinário.
- 55 Filosofía y ciencia en la geografía contemporânea
- 56 Geografia: Conceitos e Temas; Explorações geográficas: percursos no fim do século.
- 57 Trajetórias Geográficas; Paisagem, Tempo e Cultura; Região e organização espacial.
- 58 Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico; Élisée Reclus; Uma Geografia para o Século XXI.
- 59 Perspectivas da Geografia; Análise de Sistemas em Geografia.
- 60 Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica
- 61 A Geografia? Isso serve, em primeiro lugar pra fazer a guerra
- 62 Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea; Geografia Física: ciência Humana?
- 63 A Geografia no Brasil (1934-1977). Avaliação e Tendências. Instituto de Geografia; Clima e excepcionalismo: conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico.
- 64 Geografia e Filosofia. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico.
- 65 O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade; Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste; Regional Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea
- 66 Ciência com Consciência; O método I: a natureza da natureza
- 67 O Cotidiano na MetrÓpole
- 68 Lógica formal / lógica dialética
- 69 A pluralidade da Geografia e a necessidade das abordagens culturais.
- 70 Propósitos e natureza da Geografia
- 71 A Construção da Geografia Humana; Marxismo e Geografia
- 72 Região e Geografia.
- 73 Pelo espaço: uma nova política da espacialidade; Um Sentido Global de Lugar
- 74 Géographie; Crítica da Razão Pura; Critique of the power of judgment
- 75 Espaço e lugar: a perspectiva da experiência; Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente
- 76 Por uma Geografia do poder
- 77 A Cidade
- 78 Contribuições à história e à epistemologia da Geografia.